



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024

INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS ATRELADOS A AVALIAÇÃO DO IDEB

Isabele de Araujo Rodrigues Lima¹; Maria de Lourdes Haywanon Santos Araujo²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Licenciatura em Matemática, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: limaisabele73@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de nome, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: lore@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: IDEB; FINANCIAMENTO; EDUCAÇÃO.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil começou com escolas jesuítas no período colonial e evoluiu com a introdução do "Subsídio Literário" após a expulsão dos Jesuítas. A Constituição de 1934 avançou o compromisso governamental com a educação, mas o golpe de 1964 prejudicou a gestão educacional, resultando em centralização e autoritarismo. Na década de 1970, o neoliberalismo influenciou a educação, introduzindo uma abordagem orientada por metas. Desde os anos 1990, o Brasil adotou um modelo neoliberal que enfatiza a autonomia dos indivíduos e reduz a dependência do Estado.

As reformas educacionais na América Latina foram inspiradas por políticas neoliberais europeias e destacam a educação como um meio de transmitir valores e moldar a sociedade (SILVA; SILVA; SANTOS, 2019). A Constituição de 1988 garantiu o direito à educação para todos e delegou a responsabilidade pelo financiamento e gestão educacional aos governos federal, estadual e municipal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) organiza a Educação Básica em três níveis e promove a descentralização para aumentar a eficiência na gestão.

Bardhan e Mookherjee (2005) alertam que a descentralização pode levar ao controle dos recursos pela elite local e práticas de clientelismo, resultando em ineficiência. Freitas (1992) critica as teorias neoliberais que promovem uma abordagem técnica e privatizante, e Freitas (2014) e Ribeiro (2016) apontam que o foco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) pode promover uma educação superficial.

A pesquisa analisou a alocação de recursos para escolas a partir de diversos programas, identificando qual programa distribui a maior quantidade de recursos. Foi feito um levantamento detalhado para determinar essa distribuição.

METODOLOGIA

A pesquisa consistiu-se em uma abordagem qualitativa, de análise documental, que conforme expressa Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “é um procedimento

que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”.

Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla centrada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Antes de iniciar este plano de trabalho com foco em investimentos, utilizamos um plano anterior que focava na participação das escolas no IDEB.

A utilização do IDEB nesta pesquisa se dá pelo fato de ser um indicador de qualidade da educação que combina o resultado dos alunos na Prova Brasil com informações sobre o desempenho escolar, por meio do índice de aprovação obtido no censo, ele sendo o único que traz tantos detalhes e que tem mais participação das escolas. Assim o IDEB se adequa a um sistema educacional ideal em que as crianças tivessem acesso, onde não ocorresse distorção de idade-série que a criança deveria estar e não existisse um alto índice de evasão escolar. (MESQUITA, 2012).

Com base nisso foram feitas pesquisas no portal do INEP para obter os resultados do IDEB do ano de 2011 até 2021. A primeira parte sendo a separação dos resultados do município de Feira de Santana entre os demais municípios do Brasil, pois o site do INEP não divulga os resultados por região ou por estado, e sim, o geral do país inteiro. A segunda parte consistiu em separar os resultados do Ensino Fundamental, para serem utilizados na pesquisa.

A terceira parte da pesquisa consistiu em separar as verbas que cada escola recebeu nos anos que foram coletados os dados, e quanto era distribuído em cada programa. Coincidentemente o site de transparência do estado da Bahia, só disponibiliza os valores a partir do ano de 2011.

A busca por esses dados demandou bastante tempo, devido às vezes em que o site estava fora do ar ou o nome da escola específica não era encontrado. Além disso, cada escola possui uma página específica para o ano desejado em busca de verbas, e para cada ano existem diferentes páginas para cada programa.

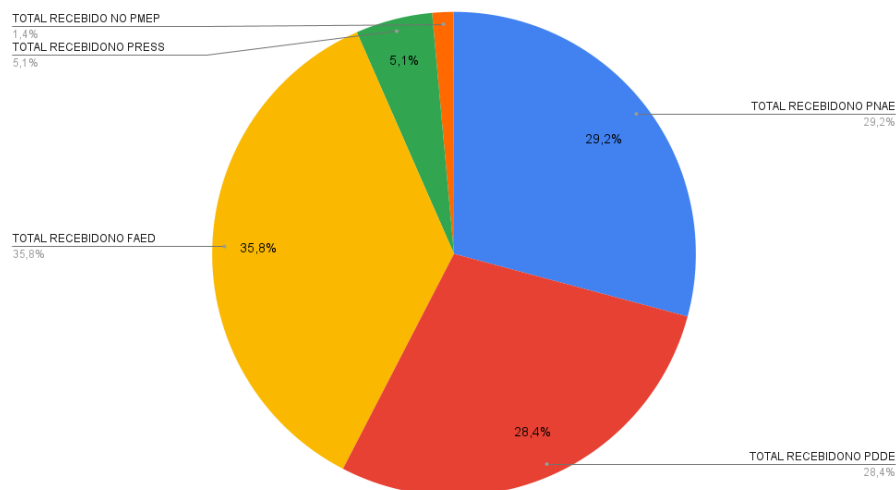
Com base na pesquisa sobre os valores recebidos pelas escolas, foi elaborada uma planilha no Excel que lista todos os recursos recebidos pelas instituições de Educação Básica da rede estadual em Feira de Santana-BA, abrangendo o período de 2011 a 2023. Não foi possível localizar dados para as escolas da rede municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No mapeamento inicial, separou-se cada programa que foi citado no Portal de Transparência do Governo Federal para apresentar o recurso que a escola poderia receber, sendo eles: Fundo de Assistência Educacional (FAED), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Educação Socioemocional e Saúde (PRESS), Programa Mais Educação nas Práticas (PMEP), Programa Nacional de Avaliação de Custo (PNAC) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAP).

No gráfico 1, podemos classificar os programas conforme o montante de verbas destinadas às 90 escolas de Feira de Santana.

Gráfico 1 - Investimentos recebidos pelas escolas (2011/2023)

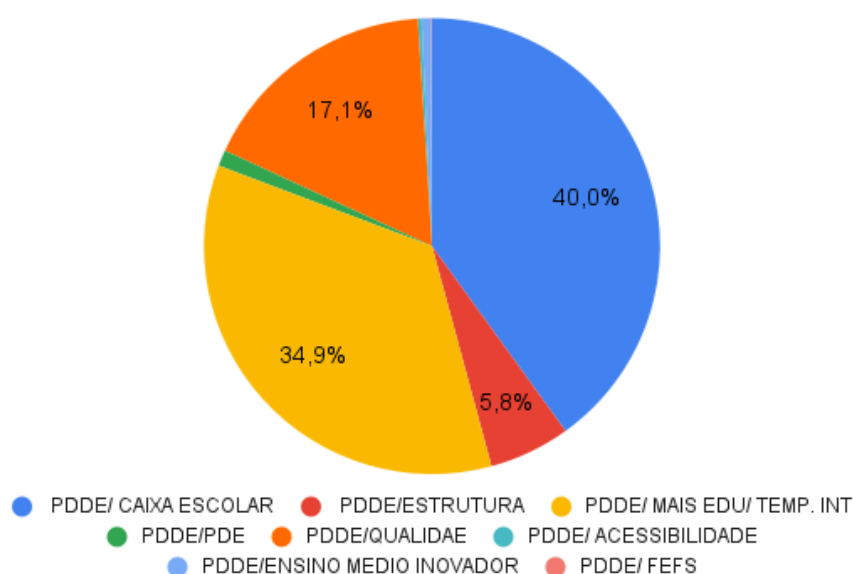


Fonte: Elaborada pelas autoras.

O programa Faed lidera, seguido pelo Pnae em segundo lugar. Em terceiro está o PDDE, seguido de perto pelo Press. Por fim, PNAP e PNAC estão em último lugar, ambos sendo responsáveis por apenas 0,01% dos recursos recebidos pelas escolas.

Na próxima fase, investigaremos se a alocação de recursos pode estar desequilibrada, e se isto pode se refletir nos resultados do SAEB em cada escola, uma vez que essa disparidade pode impactar diretamente o desempenho escolar. O IDEB mede a qualidade da educação por meio do desempenho dos alunos e das taxas de aprovação, e uma alocação desigual de recursos pode resultar em diferenças significativas nesses índices. Escolas com menos recursos podem enfrentar dificuldades em fornecer materiais adequados e formação para professores, prejudicando seu IDEB, enquanto escolas com mais financiamentos podem apresentar melhores resultados.

Gráfico 2 - Detalhamento dos investimentos recebidos pelas escolas, por programa que compõe o PDDE (2011/2023)



Fonte: Elaborada pela autora.

Com base nos dados e análises, levantamos questionamentos para a próxima etapa da pesquisa, tais como os critérios utilizados para uso das verbas recebidas e quais as estratégias dos gestores para uso dos resultados do SAEB. A próxima fase investigará a relação dos investimentos recebidos com os resultados do SAEB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades enfrentadas devido à instabilidade dos sistemas de acesso às informações, foi possível compilar um extenso banco de dados abrangendo o Ideb, Prova Brasil e Censo de 2005 até 2021 para todas as escolas de Feira de Santana. Este levantamento permitiu um panorama completo da participação e dos resultados educacionais na cidade. A análise detalhada do Ideb de 2011 a 2021 revela a importância de uma abordagem crítica dos dados não apenas como métricas de desempenho, mas como ferramentas para compreender suas raízes.

A análise dos recursos recebidos pelas escolas revelou que, entre 2011 e 2023, as informações disponíveis eram limitadas ao portal de transparência da Bahia a partir de 2011. Enfrentamos desafios na busca de dados devido à instabilidade do site e à dificuldade de encontrar informações específicas. A pesquisa resultou na criação de planilhas detalhadas com os resultados do IDEB e os recursos financeiros recebidos pelas escolas, destacando a liderança do programa Faed, seguido pelo PNAE e PDDE, e a baixa alocação de recursos pelo PNAP e PNAC.

A análise dos gráficos revelou que o montante de verbas recebidas está correlacionado com a utilização dos recursos pelos gestores escolares, e que programas como o PDDE redistribuem internamente suas verbas. Observamos que as decisões sobre materiais e aquisições são feitas pelos gestores das escolas, o que nos leva a questionar os critérios utilizados para esses investimentos.

REFERÊNCIAS

- SILVA, G. da; SILVA, A.V. da; SANTOS, I. M. dos. *O IDEB e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências*, Revista Exitus, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. vol. 9, núm. 1, pp. 258-285, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n1ID723>
- BARDHAN, P. & MOOKHERJEE, D. *Decentralizing antipoverty program delivery in developing countries*. Journal of public economics. n.89.v.4.p.675-704. 2005.
- FREITAS, L. C. *Conseguiremos escapar ao neotecnicismo?* In: SOARES, M. B; KRAMER, S.; LUDKE, M. Escola Básica. São Paulo: Anais da 6a. CBE, 1992.
- FREITAS, L. C. de. *Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085/1114, out./dez. 2014
- RIBEIRO, M. de P. *Gestão escolar pública: refém do Ideb?* Dialogia, São Paulo, n. 24, p. 99- 112, jul./dez. 2016
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 2 set. 2023.
- MESQUITA, Silvana. *Os resultados do Ideb no cotidiano escolar*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [S.L.], v. 20, n. 76, p. 587-606, set. 2012. 1 em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>>. ISSN 0101-7330.